



Análise do cenário socioeconômico brasileiro: uma contribuição preliminar para a formulação de estratégias organizacionais

Analysis of the socioeconomic Brazilian scenario: a contribution to the formulation of organizational strategies

Carlos Alberto Cioce Sampaio¹, Aurélio Faustino Hoppe², Henriette Damm³

Recebido: 30/10/2021. Aceito: 15/11/2021

Resumo

No ambiente organizacional faz-se necessário identificar os fatores externos que podem oportunizar ou, senão, ameaçar a existência de empresas, bem como a criação de novos negócios. Objetiva-se apresentar uma análise panorâmica do cenário socioeconômico brasileiro, baseada em grande medida por dados atualizados e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se de um relato de pesquisa exploratória, a partir de dados estatísticos. Como resultado, disponibilizou-se uma série de informações, demográfica, de saúde pública, infraestrutura, social e econômica, demonstrando predominantemente tendências em período temporal que compreende cinco décadas, entre 1980 e 2020. Nas considerações finais, apresenta síntese qualificada das análises estatísticas dos temas tratados. Reconhece-se os limites do trabalho quanto a dados e análise socioambiental sistemática.

Palavras-chave: Cenário socioeconômico. Brasil. Ambiente externo organizacional.

Abstract

In the organizational environment, it is significant to identify the external issues, which can create opportunities to emerge new businesses. The objective is to present a panoramic analysis of the Brazilian socioeconomic scenery from updated data made available by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). It is an exploratory research report based on statistical data. As a result, a series of demographic, public health, infrastructure, social and economic information was made available, predominantly demonstrating trends in a period comprising five decades, between 1980 and 2020. In the final considerations, it presents a qualified synthesis of the statistical analyzes of the topics covered. The limits of the work regarding data and systematic socio-environmental analysis are recognized.

Keywords: Socioeconomic scenario. Brazil. External organizational environment.

¹ Professor dos Programas de Pós-Graduação em Governança e Sustentabilidade/ISAE, Desenvolvimento Regional/FURB, em Ciências Ambientais/UNISUL/Instituto Ânima. Pesquisador Colaborador do Centro de Síntese USP Cidades Globais/Instituto de Estudos Avançados. Email: carlos.cioce@gmail.com

² Professor de Cursos de Graduação e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/FURB. Email: aurelio.hoppe@gmail.com

³ Professora de Cursos de Graduação e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/FURB. Email: henriettdamm@gmail.com



1. Introdução

Este texto atualiza um primeiro estudo homônimo⁴, publicado há 20 anos atrás, utilizando dados extraídos sobretudo do censo brasileiro de 2000, comparado com décadas anteriores. A análise de cenários de uma sociedade poderia ser considerada como uma etapa primeira para subsidiar formulação de estratégias organizacionais. A partir da verificação da realidade societária, surgem cenários que apontam padrões estabelecidos, que devem subsidiar pelo menos estratégias genéricas, tal como sugere Peter Druker (2001), baseadas em padrões de comportamento emergentes ou, então, decadentes.

De certa maneira, todos os cenários societários são importantes de serem estudados, entretanto, por opção, foi analisado a atualidade brasileira comparada com períodos anteriores para demonstrar tendências.

A título de exemplo de cenários possíveis, o cenário mundial ilustra que 20% da população do planeta atualmente concentra 66% da renda bruta. Poderia se dizer também, de outra forma, que 41% da população mundial concentra 15% de renda bruta. Ainda que haja países com “muito alto” Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre eles existem desigualdades, medidos pelos Índices de Gini⁵, significativamente elevados, como os Estados Unidos (0,414) com a 17ª posição no IDH e Chile (0,440) na 43ª. No grupo de países com IDH alto, o Brasil (0,539), é o segundo com o pior Índice de Gini, à frente apenas da desigual África do Sul (0,630) (UNDP, 2020a; 2020b).

Tem-se como objetivo apresentar uma análise panorâmica do cenário socioeconômico brasileiro, baseada em grande medida por dados atualizados e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A observação do cenário brasileiro pode ser considerada como etapa que caracteriza o ambiente externo organizacional, aquele que a organização está sujeita a sua influência e pouco pode fazer para evitá-lo. No entanto, uma vez identificado a realidade societária, a organização pode melhor otimizar decisões, inclusive, oportunizando e decorrendo dela vantagens.

Trata-se de um relato de pesquisa exploratória, a partir de dados estatísticos. Para prospectar o cenário brasileiro, utilizou-se dados/informações representados por tabelas com informações demográficas (população, registro civil, sexo, idade e domicílio), de saúde pública

⁴ Professor Mário A. dos Santos foi convidado para participar da nova versão, no entanto gentilmente denegou do convite.

⁵ Quanto mais próximo de um, os índices Gini apresentam maior desigualdade.



(expectativa de vida, natalidade, mortalidade e fecundidade), de infraestrutura (água, esgoto, lixo, energia, telefonia e bens duráveis), sociais (analfabetismo e anos de estudo) e econômicas (macroeconômicos, rendimento, ocupação, PIB, atividade e setor econômico), tais como se fez no estudo anterior (Sampaio; Santos, 2002) originadas sobretudo de estudos do IBGE, no período compreendido, entre os anos 1970 e 2020, ou seja, 50 anos, meio século.

Os dados, de uma maneira geral, basearam-se no Censo Brasileiro de 1990, 2000 e 2010, além de outros estudos que prospectam os anos arredores de 2020. O Censo é o resultado de dois grandes questionários: (a) questionário básico que abrange todo o universo populacional, isto é, abrangendo todos os domicílios brasileiros; (b) e o questionário de amostras aplicado em 20% dos domicílios de municípios com até 15 mil habitantes e 10% dos domicílios de municípios com mais de 15 mil habitantes.

O texto não está isento de delimitações, sobretudo por suas análises se basearem em dados/informações quantitativos socioeconômicos, ainda que se tenha buscado referências autorais qualitativas. Não se relevou também dados socioambientais, sobretudo pela carência de informações apresentadas pelo IBGE há décadas anteriores, o que limita a compreensão de um desenvolvimento sistêmico e sustentável.

2. Demografia e saúde pública

A população brasileira na última década (2010 a 2020), cresceu menos do que a penúltima década (1990 a 2010), isto é, a taxa de crescimento demográfico caiu de 12,3% para 11,0%. Isto vem ocorrendo desde a década de 50⁶. Atualmente, o Brasil é o 6º país com o maior número de pessoas (211 milhões), o que o faz como significativo mercado econômico. Por ordem decrescente, Paquistão possui população de 216,5 milhões, Indonésia 270,6 milhões, Estados Unidos 329 milhões, Índia 1,3 bilhão e China com 1,4 bilhão habitantes. Observa-se que pelo crescimento populacional da Índia, na próxima(s) década(s) deverá ultrapassar a China.

⁶ Considerações realizadas pela Profa. Dra. Elza S. Berquió do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) no simpósio População Brasileira: principais mudanças e tendências, realizado na 54ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em julho de 2002.



Tabela 1: População e Crescimento Demográfico

Anos					
	1980	1990	2000	2010	2020
População					
Brasileira	119.002.706	146.825.475	169.799.170	190.732.694	211.755.692
Crescimento	-	23,4%	15,6%	12,3%	11,0%

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Recuperando o dado histórico de que o Brasil possuía uma população de aproximadamente 17 milhões e meio de habitantes em 1900, pode-se afirmar que houve um crescimento populacional de aproximadamente 1110% em um pouco mais de um século.

Como demonstra a Tabela 1, o decréscimo da taxa de crescimento da população pode ter muitas causas, além do controle anticoncepcional na década de 70⁷. Entre as causas podem estar a taxa média de crescimento do número de casamentos verificada na ordem de 2,5%, considerando o período de 1980 a 2019, e o aumento do número de separações judiciais, apontada na ordem de 48,9% no período de 1990 a 2019.

Tabela 2: Dados relacionados à Demografia

Anos								Taxa média
	1980	1990	1995	1998	2000	2010	2019	
Registro Civil								
Casamentos	948.164	775.239	734.045	698.614	732.721	977.620	1.024.676	-
Taxa de Crescimento	-	-18,2%	-5,3%	-4,8%	4,9%	33,4%	4,8%	2,5%
Separações judiciais	-	70.406	88.116	90.778	96.207	243.224	383.286	-
Taxa de crescimento	-	-	25,2%	3,0%	6,0%	152,8%	57,6%	48,9%
Separações judiciais/casamentos	-	9,08%	12%	13%	13,13%	24,87%	37,40%	-

Fonte: IBGE (2020a), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

⁷ Considerações realizadas pelo Prof. Dr. Juarez de Castro Oliveira do IBGE no simpósio População Brasileira: principais mudanças e tendências, realizado na 54^a RA. da SBPC, em julho de 2002.



A tendência de queda do número populacional é também demonstrada pelos decréscimos das taxas de natalidade por mil habitantes, de 23% para 14,0%, entre 1995 e 2020, e de fecundidade total, de 3% para 1,8%, entre 1995 e 2020. Conseqüentemente, o tamanho médio dos arranjos domiciliares está diminuindo: 5,1 pessoas na década de 60. 4,8 em 80, 3,7 em 2000, 3,1 em 2006 e 2,9 em 2018. Embora haja fatores demográficos que poderiam fazer com que a população crescesse no mesmo período como, por exemplo, o aumento da esperança de vida ao nascer de 66 para 77 anos⁸ e a diminuição da mortalidade infantil por mil nascidos vivos, de 48% para 11,6%, o crescimento não se verificou.

Tabela 3: Mais Dados relacionados à Demografia

Demografia	Anos	1995	2001	2010	2018	2020
	Esperança Vida (em anos)		66	69	74	76
Natalidade		23,0%	20,0%	15,9%	14,4%	14,0%
Mortalidade		7,0%	7,0%	6,4%	6,5%	6,6%
Mortalidade Infantil		48,0%	33,0%	17,2%	12,4%	11,6%
Fecundidade		3,0%	2,0%	1,8%	1,8%	1,8%

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

É importante destacar que o aumento da longevidade, que, aliás vem ocorrendo desde a década de 30, não implica necessariamente no envelhecimento populacional. Considerando que a diminuição da taxa de mortalidade infantil resulta no aumento do número de crianças que viverão mais, é possível inferir que também aumentará o número de idosos⁹.

O grupo de crianças e pré-adolescentes, idade entre 0 e 14 anos, vem diminuindo de tamanho no mesmo período, de 38% para 21%. Ao mesmo tempo, os grupos de idade de 15 a 64 anos 65 anos ou mais, vem crescendo, respectivamente de 58% para 69% e de 4% para 10%. Uma curiosidade é que, atualmente, se tem aproximadamente 825.000 pessoas com 90 anos ou mais.

⁸ Os países com maior e menor expectativa de vida são respectivamente Hong Kong com 84,9 anos e República África Central com 53,3 anos. Ambos possuem renda, PIB e IDH, inversamente proporcional (UNDP, 2020a; 2020b).

⁹ Considerações realizadas pelo Prof. Dr. José Alberto Magno do CEDEPLAR no simpósio População Brasileira: principais mudanças e tendências, realizado na 54ª RA SBPC, em julho de 2002.



Tabela 4: Distribuição de Grupos Etários

Anos \ Grupos de Idade	Anos				
	1980	1990	2000	2010	2020
0 a 14 anos (Jovens)	38%	35%	30%	25%	21%
15 a 64 anos (PIA)	58%	60%	65%	68%	69%
65 anos ou mais (Idosos)	4%	5%	6%	7%	10%

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Existe uma tendência de aumento da população com 65 anos ou mais e isto precisa ser observado pelos gestores de políticas públicas, em função dos impactos nas áreas de, entre outras, saúde, trabalho, lazer e previdência social.

O número da população masculina continua caindo em relação à feminina. Esta tendência vem ocorrendo desde a década de 1960. A população atual está dividida entre, aproximadamente, 49% de homens e 51% de mulheres. Entretanto, o número de homens é superior ao de mulheres nos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Tabela 5: Distribuição Populacional entre Homens e Mulheres

Sexo \ Anos	Anos				
	1980	1990	2000	2010	2020
Homens	49,70%	49,40%	49,22%	49,03%	48,89%
Mulheres	50,30%	50,60%	50,78%	50,97%	51,11%

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

No grupo entre 0 e 14 anos temos um percentual maior de homens em relação as mulheres. Nos demais grupos, de 15 a 64 anos e 65 anos ou mais, o quadro se inverte, ou seja, temos um percentual maior de mulheres. O excedente de mulheres começa a surgir a partir dos 20 anos de idade. Estes números parecem indicar a ligação da mortalidade masculina, provavelmente por se colocar em situação de maior risco de vida do que a feminina.



Tabela 6: Distribuição Populacional entre Homens e Mulheres por Grupo Etário

Anos	2000		2010		2020	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 14 anos (Jovens)	15,02	14,58	12,59	12,11	10,67	10,2
15 a 64 anos (PIA)	31,62	32,93	33,24	34,72	33,99	35,32
65 anos ou mais (Idosos)	2,58	3,27	3,2	4,14	4,23	5,59

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

A população brasileira vive predominante em domicílios urbanos, com tendência crescente de concentração urbana. Há um estudo que contesta a metodologia empregada pelo IBGE¹⁰, sobretudo quando considera núcleos urbanos pouco significativos em municípios predominantemente rurais, com pequena população, como se fossem localidades urbanas. Utilizando uma outra metodologia, baseada na densidade demográfica, chega-se a um percentual de 57% de urbanização, e não de 81% apresentado pelo IBGE, em 2000 (Veiga, 2002).

Tabela 7: Distribuição de Situação Domiciliar

Anos	Situação do Domicílio					
	1980	1990	2000	2010	2015	2020
Urbana	68%	76%	81%	81,5%	84,7%	90,0%
Rural	32%	24%	19%	18,5%	15,3%	10,0%

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Uma grande parcela da população, aproximadamente 85,6%, residem em casas e uma pequena, aproximadamente 14,2%, em apartamentos, sendo que 73% da população possui imóveis próprios. Registrou-se uma pequena tendência de crescimento tanto de número de

¹⁰ O critério, que toda sede de município ou de distrito é urbano, está sendo utilizado desde a proclamação de um decreto-lei do governo Vargas. Visualizando o mapa oficial do IBGE sobre concentrações de áreas urbanas, percebe-se a incongruência deste critério. Considerações realizadas pelo Prof. Dr. José Eli da Veiga da Universidade Estadual de São Paulo (USP) na Conferência Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural, realizado na 54ª RA SBPC, em julho de 2002.



apartamentos quanto de número de imóveis próprios, entre os anos de 1996 e 2019 (IBGE, 2019).

O Brasil possui 5.570 municípios¹¹, sendo que a Região Nordeste é a que concentra o maior número, 1.793, seguida das regiões Sudeste com 1.668, Sul com 1.191, Centro-Oeste com 466 e Norte com 450 (IBGE, 2020a).

Apesar da inadequação do critério raça, quando se utiliza para classificar a espécie humana, popularmente conhecida nas opções branca, preta e amarela, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2020a), 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas. O Censo 2000 sinalizou o rompimento de uma tendência, verificada em censos anteriores, na qual mais pessoas se autodeclararam pardas, ao invés de se declararem pretas. Segundo Toynbee (1987), raça não é um critério científico, mas, sobretudo, um critério societário. Atualmente, no mundo dos negócios, pode-se afirmar que é emergente o nicho de mercado chamado *black*¹². Este fenômeno societário se verifica diariamente nas propagandas/publicidades veiculadas na mídia impressa e televisiva e parece indicar que o mercado estaria interessado em atender a demanda das pessoas de cor preta.

3. Infraestrutura

Todos os critérios apurados de melhoria de infraestrutura foram positivos no período entre 1981 e 2019. Isto implica que algumas condições básicas de sobrevivência estão sendo satisfeitas, repercutindo na melhoria da qualidade de vida da maioria da população. Este fato se verifica nas melhorias dos sistemas de abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo que influem, significativamente, na redução da mortalidade infantil.

Tabela 8: Infraestrutura

Infraestrutura	1981	1996	1999	2016	2019
Rede Água	62,1%	78,0%	80,0%	85,8%	85,5%
Rede Esgoto	67,2%	38,0%	65,0%	66,9%	68,3%

¹¹ O Brasil é o país com maior número de municípios no mundo, segundo considerações realizadas pelo Prof. Dr. José Eli da Veiga.

¹² Mercado cultural identificado por pessoas de cor afro-brasileiras.



Infraestrutura	1981	1996	1999	2016	2019
Coleta de Lixo	33,4%	66,0%	80,0%	82,7%	84,4%
Iluminação Elétrica	64,4%	93,0%	95,0%	99,5%	99,5%
Telefonia	-	25,0%	38,0%	95,4%	96,3%

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Ainda que a tabela de bens duráveis não aponte o percentual de domicílios brasileiros que possuem internet, ela é de aproximadamente de 83%, em 2019 (IBGE, 2019). O que pode explicar o decréscimo do número de aparelhos de TV, diante da ascensão da possibilidade de acesso a outras mídias digitais, por meio de *desktop*, *notebooks*, *tablets* e *smartphones* que segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2020), possui cerca de 424 milhões desses componentes. O que corresponde que há dois desses para cada brasileiro, possivelmente não devidamente bem distribuídos. Smartphones representam 56% (com tendência de crescimento) e computadores 44%. Entre os computadores, 48% são desktops (com tendência de decréscimo), 34% notebooks (tendência de aumento) e 18% de tablets.

Tabela 9: Bens Duráveis

Bens Duráveis	1987	1996	1999	2011	2015	2019
Fogão	92,9%	96,6%	97,4%	95,8%	97,8%	-
Filtro d'Água	-	58,1%	55,6%	53,2%	53,4%	-
Geladeira	60,2%	78,2%	82,8%	95,8%	98,2%	98,1%
Freezer	0,3%	18,0%	19,6%	16,4%	16,9%	-
Máquina de Lavar	5,3%	30,4%	32,8%	51,0%	61,1%	66,1%
Rádio	27,7%	90,4%	89,9%	83,5%	69,2%	-
Televisão	59,2%	84,3%	87,7%	96,9%	97,1%	83,5%

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

4. Social

Segundo os dados do IBGE (2017), a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade no Brasil é de 7,0%. Este dado representa 11,5 milhões de indivíduos que



ainda não sabem ler e escrever. O índice triplica na população acima de 60 anos, pois foram pessoas que não tiveram contato com a expansão da escola pública. No Brasil, aproximadamente 12% da população brasileira não é alfabetizada, isso quer dizer que cerca de 22 milhões de pessoas não sabem ler, escrever e nem dominar cálculos, esses são considerados analfabetos.

No Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que finalizaram a educação básica obrigatória, ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio, passou de 47,4%, em 2018, para 48,8%, em 2019. A escolaridade média da população brasileira de 18 a 29 anos avança continuamente para alcançar os 12 anos de estudo, o equivalente ao Ensino Fundamental e o Ensino Médio completos (IBGE, 2020a).

Complementando com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), a população entre 25 e 34 anos, com formação no ensino superior completa, representa cerca de 21% da população brasileira. Este número diminui significativamente quando se trata de curso de mestrado concluído, com 0,8% (a média dos países da OCDE é de 13%), e doutorado 0,2% (respectivamente, 1,1%), no grupo de pessoas, entre 25 e 64 anos, segundo dados da (OECD, 2019).

5. Econômicos

O Produto Interno Bruto (PIB) foi de R\$ 3.961 bilhões em 2019. O pior resultado é o da capacidade de financiamento que, aliás, vem sendo decrescente, acompanhado da diminuição contínua da poupança bruta.

Tabela 10: Principais Agregados Macroeconômicos

Principais Agregados Macroeconômicos	Anos				
	1996	2000	2010	2020	
Produto Interno Bruto - Taxa de variação real no ano	9,3%	4,4%	7,53%	-4,10%	
PIB Per capita (R\$)	4.480	3.880	19.938,60	33.593,82 (2018)	
Poupança Bruta	1,3800%	0,5996%	0,6413%	0,1159%	



Principais Agregados Macroeconômicos	Anos			
	1996	2000	2010	2020
Capacidade Financiamento (M R\$)	-24.510	-50.101	-98.293,73	-

Fonte: IBGE (2020b): Diretoria de Pesquisa, Departamento de Contas Nacionais.

Regionalmente, o Brasil teve uma variação do PIB equilibrada no período que compreende 2011 e 2012, ressaltando positivamente a região Centro-Oeste e negativamente a Norte. O estado de São Paulo, reconhecidamente com maior representatividade econômica, apresentou um resultado negativo.

Tabela 11: PIB Regional

PIB Total	2019	2018	2012	2011	2012/2011 (%)
			(mil R\$)	(mil R\$)	
Norte	-	-	231.383.000,00	223.538.000,00	3,5%
Nordeste	-	-	595.382.000,00	555.325.000,00	7,2%
Sudeste	-	-	2.424.005.000,00	2.295.690.000,00	5,6%
Sul	-	-	710.860.000,00	672.049.000,00	5,8%
Centro-Oeste	-	-	430.463.000,00	396.411.000,00	8,6%
Brasil	R\$ 3,961 tri	-	R\$ 4,24 tri	R\$ 4,04 tri	5,0%
São Paulo (1)	R\$ 2,38 tri	-	308.893,00	336.838,00	-8,3%
Santa Catarina	-	R\$ 298,23 bi	31.875,00	35.317,00	-9,7%
Roraima (2)	R\$ 14 bi	-	621,00	809,00	-23,2%

1. Melhor PIB Estadual

2. Pior PIB Estadual

Fonte: IBGE (2020b): Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais, Contas Regionais do Brasil.



A desigualdade regional é demonstrada também pela tabela de Rendimento de Trabalho que apresenta 33,20% da população brasileira com rendimento abaixo de R\$ 1.100,00 e ao redor de 6% com rendimento acima de R\$ 5.610,00¹³.

Tabela 12: Rendimento de Trabalho por Salário-Mínimo

Rendimento de Trabalho	1981	1999	2010
Sem renda	48,90%	14%	6,61%
Até 1 SM	14,98%	-	33,20%
1 a 2 SM	4,95%	-	33,06%
2,1 a 3 SM	3,10%	15%	10,55%
3,1 a 5 SM	1,99%	11%	8,01%
5,1 a 10SM	-	9%	5,84%
10,1 a 20SM	-	2%	0,00%
Acima de 10 SM	0,37%	-	-

Fonte: IBGE (2010): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Os números indicam que, pelo menos, a desigualdade entre homens e mulheres no grupo de pessoas economicamente ativas está diminuindo¹⁴. Por outro lado, aumentou o percentual de desempregados.

Tabela 13: Pessoas Economicamente Ativas por gênero Masculino e Feminino

Anos									
	1981	1996	1981/96 (%)	1999	2011	1999/2011 (%)	2011	2019	2011/19 (%)
Pessoas Econ. Ativas (x000)									
Homens	1.558.525	43.743	-97,19%	46.481	56.850	22,31%	56.850	53.306	-6,23%
Mulheres	702.190	29.254	-95,83%	32.834	43.373	32,10%	43.373	41.336	-4,70%

¹³ Considerando que a quantia entre R\$ 5.610,00 e menor de R\$ 11.000,00 não torna ninguém abastado economicamente, imagina-se o que pensar de quem ganha menos de R\$ 1.100,00.

¹⁴ 25% dos domicílios atuais são chefiados por mulheres. Considerações realizadas pelo Profa. Dra. Elza S. Berquió.



Total	2.260.715	72.997	-96,77%	79.315	100.223	26,36%	100.223	94.642	-5,57%
--------------	-----------	--------	---------	--------	---------	--------	---------	--------	--------

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional Amostra Domicílios.

Tabela 14: Desemprego por gênero Masculino e Feminino

Desemprego	Anos	1981	1997	1999	2001	2012	2019
	Homens		-	5,30%	7,10%	5,90%	6,00%
Mulheres		-	6,20%	8,30%	6,70%	9,10%	14,10%

Fonte: IBGE (2020c): Pesquisa Mensal de Emprego.

Os números de novos empresários e de pessoas que trabalham por conta própria, entre o período de 1996 e 2020, aumentaram respectivamente 62,1% e 50,2%, e o número de empregados teve um incremento de 59,0%. Houve uma diminuição de 48,0% no número de pessoas ocupadas sem remuneração (considerando o período de 1996 e 2011), e de 1% no número de pessoas que se ocupam como trabalhadores domésticos (considerando 1996 e 2020) que, aliás, é coerente com o aumento do número de mulheres economicamente ativas que pode ocasionar, indiretamente, a contratação de pessoas em seus domicílios.

Tabela 15: Pessoas por Ocupação

Pessoas por ocupação	1981	1996	1981/96 (%)	1999	1996/99 (%)	2011	1999/2011 (%)	2020	2011/2020 (%)
Empregados	1.332.129	36.058	-97,3%	36.806	2,1%	56.939	54,7%	57.341	0,71%
Trabalhadores Domésticos	-	5.002	-	5.335	6,7%	6.653	24,7%	5.050	-24,09%
Conta-Própria	542.958	15.126	-97,2%	16.615	9,8%	19.665	18,4%	22.720	15,54%
Empregadores	53.556	2.486	-95,4%	2.922	17,5%	3.176	8,7%	4.030	26,89%
Não Remunerados	228.706	6.158	-97,3%	6.677	8,4%	3.200	-52,1%	-	-
Outros	2.582	3.092	19,8%	3.322	7,4%	3.861	16,2%	1.963	-49,16%

Fonte: IBGE (2020a): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Complementando tais informações, ainda que com dados de mais de 20 anos, a relação do número de pessoas assalariadas pelo número de empresas no grupo da atividade econômica



da administração é alta¹⁵. Este número é muito superior do que a média de todas os grupos de atividades econômicas. Uma justificativa provável seria que a burocracia estatal dificulta a contratação informal de pessoas, ao contrário dos demais setores, predominantemente privados, que possuem maior flexibilidade na contratação de pessoal. Ainda que nos grupos serviços e comércio os números sejam menores, inclusive a renda remunerada decorrente de baixa qualificação, os trabalhadores podem ser recrutados na própria localidade.

6. Considerações Finais

Diante desse conjunto de dados/informações representados pelas tabelas demográficas e de saúde pública, de infraestrutura, sociais e econômicas, analisou-se o cenário socioeconômico atual brasileiro comparado com décadas anteriores.

A população brasileira atual é de aproximadamente 211.755.692 de habitantes, representando quase 3% da população mundial (7.640 milhões). A taxa de crescimento populacional está decrescente nas últimas cinco décadas. O arranjo domiciliar é composto por 2,9 pessoas e a expectativa de vida é de 77 anos. A população está envelhecendo. Caso a taxa de crescimento de idosos se mantiver, nas próximas décadas se terá mais idosos do que crianças, isto é, o mesmo fenômeno que ocorre na Europa.

O fato de se estar aumentando rapidamente o número de idosos, acarretará um forte impacto nos setores, entre outros, da previdência social, de atividades de trabalho, de lazer, de educação, de convivência social.

A população feminina vem crescendo continuamente em comparação a de homens. A população continua predominantemente urbana, entretanto com uma taxa de crescimento menor do que a apresentada pelo IBGE. 85,6%, dos brasileiros moram em casas e uma pequena parcela, aproximadamente 14,2%, em apartamentos, sendo que 73% da população possui imóveis próprios.

Há um aumento quantitativo de alguns bens duráveis. 83% dos domicílios possuem internet, o que pode explicar o decréscimo do número de aparelhos de TV. Há dois aparelhos computacionais/*smartphones* para cada brasileiro, possivelmente não devidamente bem distribuídos. Smartphones representam 56% (com tendência de crescimento) e computadores 44%.

¹⁵ Entre os grupos de atividades econômicas, a agricultura e pesca possui uma relação de 14 pessoas assalariadas por empresa, indústria 14, comércio 2, serviços 7 e administração pública 617, segundo IBGE (1999).



A infraestrutura nacional está melhorando, sobretudo relacionada com o saneamento básico, resultando na redução da mortalidade infantil que, conseqüentemente, melhora a qualidade de vida para toda população brasileira.

No Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que finalizaram a educação básica obrigatória, ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio, passou de 47,4%, em 2018, para 48,8%, em 2019.

A escolaridade média da população brasileira de 18 a 29 anos avança continuamente para alcançar os 12 anos de estudo, o equivalente ao Ensino Fundamental e o Ensino Médio completos. Nessas duas grandes faixas de anos de estudos, o percentual do número de mulheres é superior ao de homens.

A população entre 25 e 34 anos, com formação no ensino superior completa, representa cerca de 21% da população brasileira. Este número diminui significativamente quando se trata de curso de mestrado concluído, com 0,8%, e doutorado 0,2%, no grupo de pessoas, entre 25 e 64 anos.

É importante destacar que com a queda da taxa de natalidade, diminui-se também o número de crianças que precisam de vagas escolares. Conseqüentemente, tem-se que rever a política de educação pública do país.

O PIB foi de R\$ 3,961 bilhões em 2019. O pior resultado é a baixa capacidade de financiamento, acompanhando da diminuição da poupança interna, que, aliás, vem sendo decrescente. A desigualdade regional é demonstrada. O PIB do Sudeste é maior do que a somatória das outras quatro regiões. Um terço da população brasileira possui rendimento de 1 salário-mínimo (SM) e ao redor de 6% com rendimento entre 5 e 10 SM. Ao menos a desigualdade entre homens e mulheres no grupo de pessoas economicamente ativas está diminuindo.

Os números de novos empresários e de pessoas que trabalham por conta própria, entre o período de 1996 e 2020, aumentaram respectivamente 62,1% e 50,2%, e o número de empregados teve um incremento de 59,0%. Houve uma diminuição de 48,0% no número de pessoas ocupadas sem remuneração (considerando o período de 1996 e 2011, e de 1% no número de pessoas que se ocupam como trabalhadores domésticos (considerando 1996 e 2020) que, aliás, é coerente com o aumento do número de mulheres economicamente ativas que pode ocasionar, indiretamente, a contratação de pessoas em seus domicílios.



Constatou-se que as empresas da atividade do serviço e comércio, embora sejam geradoras de empregos menos qualificados, podem propiciar oportunidades para os moradores locais, o que se denomina desenvolvimento endógeno¹⁶. Enquanto na indústria, o crescimento do número de empregos foi insignificante, provavelmente em decorrência da automação dos parques fabris. No setor agropecuário concentra-se nas atividades de lavoura e pecuária tanto o maior número de estabelecimentos quanto a maior área utilizada. É fato que a atividade de lavoura é conhecida na utilização de mão-de-obra extensa e a pecuária na mão-de-obra intensa¹⁷.

Enfim, interpretar o cenário societário socioeconômico brasileiro representa uma etapa de elucidar o ambiente externo de qualquer metodologia de planejamento estratégico aplicado a uma organização e sua cadeia produtiva ou, mesmo, antecipar a abertura de um novo negócio. Este cenário é a tentativa de aproximar a realidade societária de fato, onde as organizações estão inseridas.

Referências

- Drucker, P. (2001). A decisão eficaz. In: *Harvard Business Review*. Tomada de decisão. Rio de Janeiro: Campus.
- Fundação Getúlio Vargas (2020). EAESP, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Centro de Tecnologia de Informação Aplicada. *Pesquisa do FGVCia: uso da TI: tecnologia de informações na empresa*. São Paulo: FGV.
- Godard, O., Ceron, J. P., Vinaker, K., & Passaris, S. (1987). Desarrollo endogeno y diferenciacion de espacios de desarrollo: um esquema de analisis para el desarrollo local. *Estudios Territoriales*, (n.24, p.135-147).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1999). Diretoria de Pesquisas, Divisão de Cadastro e Classificação, Cadastro Central de Empresas. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE.

¹⁶ O desenvolvimento endógeno é a capacidade de uma determinada sociedade para adquirir um certo domínio sobre o seu desenvolvimento. (Godard et al, 1987).

¹⁷ O conceito de utilização de mão de obra extensa e intensa foi importado da economia. Segundo Ignacy Sachs, o crescimento intensivo é aquele que se faz através da produtividade e crescimento extensivo é aquele que se faz através de emprego (In: Siebert, 2001).



- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020a). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020b). *Diretoria de Pesquisa, Departamento de Contas Nacionais 2020*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020c). *Pesquisa mensal de emprego*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Organization for Economic Cooperation and Development (2019). *Education at a Glance 2019: OECD Indicators*. Paris: OECD Pub. <https://doi.org/10.1787/f8d7880d-en>
- Sachs, I. (2001). *Cooperação e co-produção público-privado: o papel do terceiro setor*. In SIEBERT, C. (Org.). *Desenvolvimento regional em Santa Catarina*. Blumenau: EdUFurb.
- Sampaio, C. A. C., & Santos, M. A. (2002). *Análise do cenário brasileiro: uma contribuição para a formulação de estratégias organizacionais*. *Revista de Negócios*, 7 (2), p. 17-24.
- Toynbee, A. (1987). *Um estudo da história*. São Paulo.
- United Nations Development Program (2020). *Human development indices and indicators 2019*. New York: UNDP.
- United Nations Development Program (2020). *Human development reports*. New York: UNDP. Available: Human Development Reports (undp.org).
- Veiga, J. E. (2002). *Cidades imaginárias*. São Paulo: Editora Autores Associados.